



ARTIGO LIVRE

Populismo e democracia em Francisco Weffort

Populism and democracy in Francisco Weffort.

Marlon A. Ferreira¹

Resumo: o populismo se apresentou como a principal expressão das forças políticas das massas. Foi o momento em que essas massas se tornaram o grande “parceiro fantasma” no contexto de sobreposição da nova estrutura de Estado baseado na urbanização e industrialização. Via de regra, essa incorporação baseava-se nas massas através da concessão de benefícios como bens de consumo e o voto. Em todos os momentos que as manifestações populares se mostraram capazes de expor suas demandas, houve a antecipação dos grupos sociais que exercia o seu controle. Weffort, é um dos principais estudiosos deste tema, cuja preocupação estava em interpretar a forma como a modernidade se apresenta e passa a ser incorporada na América Latina. Também é uma busca constante para responder ao golpe militar de 1964, assim as análises vão desde o contexto de adoção da “teoria da dependência” até a sua posterior contestação no cenário latino-americano. Somos estruturalmente dependentes do capital externo e que impõe certas limitações ao desenvolvimento da consciência política desta classe.

Palavras-chave: Populismo; Democracia; Massas; Dependência; parceiro-fantasma.

Abstract: populism presented itself as the most important expression from mass political forces until 1964. It was the moment in which they became the major “ghost fellow” in the State upgrade context in its economic and social dimensions. As a general rule, this incorporation was based on mass through the granting of benefits such as consumer goods and the vote. In all the moments that protests were able to show demands, there was an anticipation of social groups which used to exercise the control over the State. Weffort is one of the most important experts about this subject whose concern was to interpret the way how modernity shows itself and becomes to be incorporate in Latin America. Also, it is a constant search to reply to the military coup in 1964, therefore, the replies will be find out in the analysis “historical-cyclical”, ranging from the origin of populism, the adoption of “dependency theory” to its further contestation reaching the populista trade unionism, in which announcing the decay of this way of government.

Keywords: Populism; Democracy; Mass; Dependency; Ghost-fellow

Introdução

As primeiras reflexões de Francisco Weffort sobre o populismo aconteceram em um ambiente de crise das Ciências Sociais brasileira, o golpe militar havia comprometido totalmente o desenvolvimento de pesquisas no campo das humanidades – no tocante a seu financiamento e a liberdade para exercer um pensamento crítico e reflexivo –, os militares penetraram os muros das universidades

¹ Universidade Estadual Paulista/UNESP FRANCA.



se valendo tanto do monopólio da violência, quanto de atitudes sorrateiras como as denúncias e os agentes infiltrados afim de vigiar e disciplinar a produção de pensamento. Ante este panorama, o desenvolvimento de pesquisas e a circulação do saber acabaram ficando totalmente comprometido, o exílio apareceu como a única alternativa viável à sobrevivência e ao academicismo.

De Santiago no Chile, Francisco Weffort passa a realizar uma reinterpretação global da conjuntura política brasileira, partindo da revolução de 1930 até o golpe militar de 1964 para estudar temas como a formação da “nova” classe operária brasileira, a caracterização do regime autoritário e a crítica a suas instituições, sem deixar de compreender as condições que o regime civil/militar derrota o populismo, bem como as transformações sociais geradas a partir deste episódio que passaram a sustentar a nova estrutura de Estado.

À frente do exposto, o que se busca neste artigo é apresentar uma abordagem crítica sobre o conceito de populismo presente na obra de Francisco Weffort e reafirmar a importância de suas análises para se compreender a formação e atuação das classes populares no Brasil. Diante da vasta produção intelectual deste autor, escolhemos a coletânea “O Populismo na política brasileira”, publicado em 1978, para fundamentar a análise de uma democracia que se desenvolve associado à prática do populismo como política de massas. A escolha desta obra justifica-se tanto pela referência que se tornou para debater a emergência política das “massas” populares no Brasil, quanto por oferecer uma versão definitiva sobre a discussão relacionada ao tema².

Será por esse caminho que o artigo pretende encaminhar-se, analisando o duplo paradoxo desta participação, os grupos dominantes que promovem a participação dos grupos dominados, em contrapartida as massas que servem de suporte para existência de um regime que são dominadas.

Política de massas

As primeiras elaborações sobre o fenômeno do surgimento das massas na política em contexto político latino-americano surgiram entre as décadas de 1950 e 1960, através de pesquisas e estudos de autores como Gino Germani, William Kornhauser, José Medina Echevarria e Torquato di Tella, para ficar apenas entre alguns dos muitos que se debruçaram sobre esta temática. Estes pesquisadores enfatizavam a linha crítica da sociologia estrutural-funcionalista com forte inspiração americana.

Ao abordar esse fenômeno estrutural, as análises buscavam respostas no processo de urbanização e industrialização testado por estas nações nas primeiras décadas do século XX. Em razão disso, os sociólogos da modernização desenvolveram o entendimento que o populismo seria uma etapa do desenvolvimento político das sociedades latino-americanas, tipicamente ocorrido em Estados cujo nível de compreensão sobre a política era muito baixo.

Sobre esse aspecto, observa-se que, a entrada da América Latina no contexto da modernização, entendida enquanto passagem da sociedade tradicional marcada por governos oligárquicos para sociedades industriais e modernas seguiu um caminho muito particular, como aponta os estudos

² O “Populismo na política brasileira” é composto por artigos publicados originalmente na segunda metade da década de 60 quando ainda era pesquisador associado à Cepal, parte de sua tese de doutorado defendida em 1968 e artigos inéditos. Os primeiros foram sofrerem ligeiras alterações para saírem publicados em forma de livro.

inaugurais sobre o populismo na sociologia latino-americana de Gino Germani³ e Torcuato di Tella. No território de heranças ibéricas, viveu-se a similaridade dos processos econômicos e político ter gerado a dinâmica de incorporação e abertura à integração dos benefícios produzidos por um Estado, que, para se fazer forte, inclinava-se às concessões de caráter social. Já no caso da sociedade europeia, primeiro surgiram às condições gerais que garantiram o desenvolvimento econômico, ao qual se criou os espaços para a integração político-social das massas.

Desta forma, a inserção das “massas populares” no cenário cuja estrutura política e social propiciava abertura a um tipo de democracia que muito se assemelhava à “massificação” não seguiu os padrões clássicos da democracia liberal europeia. Para Jorge Ferreira,⁴ os processos de modernização que gerou a classe trabalhadora no âmbito urbano, dificilmente conseguiria realizar os movimentos de integração para criar lideranças que operasse em nome dessa massa. Gerou-se desta forma, massas desprovidas de tradição de auto-organização (GERMANI, 1974, p.175), tornando-as totalmente dispostas ao processo de incorporação realizado durante os movimentos populistas, gerando um processo de mobilização vindo “de cima para baixo”.

Curiosamente, no Brasil, as análises desenvolvidas pela sociologia da modernização foram adotadas como referência pelos estudiosos nacionalistas, dentre eles destacam-se Hélio Jaguaribe e seus inúmeros trabalhos publicados na revista “Cadernos de Nosso Tempo”, porém darei ênfase ao texto “*Que é Ademmarismo?*” de 1954, que utiliza o conceito de populismo para descrever o “ademmarismo” como uma forma paternalista de governo. Será alvo de profundas críticas por parte de Weffort. O outro intelectual é Alberto Guerreiros Ramos e seu livro “*A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*”, publicado em 1961, para Guerreiro Ramos, a crise do poder começa em 1960 quando o nacional-desenvolvimentismo é derrotado por Jânio Quadros, isso inspirou-lhe uma abordagem em relação ao populismo como uma prática paternalista sobre uma massa desorganizada.

Entre nós, conforme sugere a historiadora Ângela de Castro Gomes em seu artigo “*O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*”, publicado em 1996 na revista Tempo, posteriormente, republicado como capítulo do livro “*O populismo e sua história: debate e crítica*”, organizado por Jorge Ferreira em 2001, as primeiras formulações destinadas a discutir o populismo surgiram no início da década de 1950 com o “Grupo de Itatiaia⁵”, são eles os primeiros porta vozes da ideologia nacional-desenvolvimentista que terá como centro de referência o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.

O grupo nasceu com a vontade de “formular uma interpretação para a crise nacional em curso” (GOMES, 1996, p. 32), interpretação esta que destinava “esclarecer e mobilizar” as forças progressistas do país, que almejando uma ampla reforma estrutural. Segundo a autora, uma das agendas mais

³ sociólogo italiano erradicado em terras latino-americanas. Dentre uma extensa obra “*Política y Sociedad en una Época de Transición*”, publicado em 1965, foi importante para confirmação da noção de “política de massas” nos estudos de Weffort. Tornou-se um dos principais expoentes do projeto científico profissional das Ciências Sociais na América Latina. Por consequências, suas elaborações teóricas são marcadas pela teoria estrutural-funcionalista, que pode ser considerada um marco analítico na teoria da modernização.

⁴ FERREIRA, J. “O Nome e A Coisa: o populismo na política brasileira”. In. FERREIRA, J. (org.) *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.64.

⁵ Segundo a historiadora participaram do grupo: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

debatidas pelo grupo era o populismo, tendo como uma das publicações inaugurais o ensaio “*Que é Ademarismo?*”, lançado em 1954, antes do suicídio de Getúlio Vargas, e destinava-se a reconstrução da trajetória do político paulista que se lançava aos pleitos da disputa ao cargo de Presidente da República em 1955, e entender assim o tipo de voto que era o “adhemarismo”.

A vitória do político mineiro (Juscelino Kubitschek) sobre o paulista (Adhemar de Barros) evidenciou o projeto nacionalista de organização do Estado, ponderado desde o princípio pelos intelectuais do ISEB e o retorno ao debate nacional do estilo arrebatador de se fazer política através de concessões e apoio às massas. “Que é Ademarismo?” é um ensaio que busca distanciar a imagem do político ao estilo clientelista, já que Adhemar de Barros possuía uma base de apoio muito forte no meio rural. Àquela altura, o político populismo era descrito como o líder que adquiria uma importância substancial sobre seu partido, o PSP. Não verbalizava práticas que explorava o fator ideológico, pelo contrário, o mesmo se distanciava deste tipo de prática. Uma década mais tarde, Francisco Weffort, no artigo “*Raízes sociais do populismo em São Paulo*”(1963) se propõe a investigar à fundo o estilo de política e as características dos eleitores de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, onde se extrai as seguintes conclusões: janismo e ademarismo são fatos estratégicos, por mais que não representam a totalidade do cenário nacional são indicadores que exprimem elementos da ideologia de certos setores populares.

Outro ideólogo nacionalista que produziu uma importante obra tomando por base a teoria da modernização foi Guerreiro Ramos, em 1961 publica “*A crise do poder no Brasil*”. O autor, ao esboçar uma interpretação sobre os limites da relação entre líder-massa, define o populismo através de seus aspectos exteriores, como a verbalização, o seu caráter conducionista, o apelo emocional, o paternalismo e a demagogia, bem como demonstra a “amorfização” das diferenças sociais e políticas que parece ser a característica mais visível da relação líder-massa.

Da política de massas às massas na política

A trajetória intelectual de Francisco Weffort iniciou-se no agrupamento conhecido como O Capital. O grupo surge em 1958 após a passagem de dois anos de José Arthur Giannotti¹ pela França. Originalmente, o grupo pretendia estudar página por página de toda a obra de Karl Marx comparando as traduções do português, inglês e francês com a publicação escrita no idioma original. Anos mais tarde, já em 1961, quando Fernando Henrique Cardoso na companhia de Florestan Fernandes fundam o CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), Weffort passa a fazer parte deste importante grupo como estudante de pós-graduação, contexto que dará início a seus estudos sobre o populismo. Segundo Wagner de Melo Romão (2006), a experiência do CESIT proporcionou à Cadeira de Sociologia I atingir seu auge, tanto na abertura de novas agendas de pesquisas, quanto pela formação de novos pesquisadores que produziram trabalhos importantes.

A categoria de estudo “populismo” surge para Francisco Weffort como uma busca investigativa à emergência política das “classes populares⁶”, mais afundo as questões centrais que o autor desenrola

⁶ Conforme a própria nota de rodapé feita por Weffort em sua tese de doutorado, a expressão caracteriza todos os “setores sociais-urbanos ou rurais, assalariados, semi-assalariado ou não-assalariados, cujos níveis de consumo estão próximo aos mínimos socialmente necessários para a subsistência”.

procura elucidar as condições em que estas se formam e se apresentam à cena política como fator de desequilíbrio na estrutura de poder. A exposição destes objetivos, implícitos nas linhas de pesquisas desenvolvidas, serve para demarcarmos o contexto mais amplo ao qual o autor está comprometido, explicar o golpe militar de 1964. Havia uma preocupação muito grande entre os intelectuais acadêmicos ligados à esquerda de produzir interpretações que explicasse o imobilismo dos grupos sociais diante do anunciado golpe que se dizia preservar os anseios nacionais. Porque, mais uma vez, se viram vendidos diante um movimento que se propôs a implementar mudanças “de cima para baixo”? Para Weffort, uma questão importante é dimensionar o grau de institucionalização da democracia neste cenário, pois expressava um impressionante crescimento democrático com uma participação popular que, apesar de emergir à cena nacional, não se mobilizava em condição de mudar o curso da história.

Objetivando responder a tais questões e ao mesmo tempo traçar um panorama geral a respeito da particular interpretação realizada por Weffort sobre o populismo, recorreremos a uma organização teórica proposta por Araújo (2012) a respeito do populismo enquanto fenômeno de massas. O que se pretende defender é que, a interpretação realizada por Weffort sobre o populismo pode ser considerada vitoriosa, já que das linhas de estudo criadas para compreender este fenômeno, muitos outros pesquisadores deram sequência aos estudos a partir das proposições do mencionado intelectual.

Entre os anos de 1963 a 1966, Francisco Weffort se dedica a compreender a origem do populismo enquanto estilo de governo e como política de massas. Nesta fase foram produzidos três importantes trabalhos como “Política de massas”, escrito em 1963 e publicado em 1965, em forma de livro “Política e revolução social no Brasil” um trabalho coletivo envolvendo além do próprio Weffort, Gabriel Cohn, Octavio Ianni e Paul Singer. O texto destinava-se discutir a emergência das massas na política através de um viés marxista centrada na discussão da relação de classe. O segundo texto é “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, publicado em 1965 pela revista *Civilização Brasileira*, neste texto o objetivo central era realizar a descrição de sentido do populismo enquanto fato social e político, focalizando a relação líder-massa típica do populismo. Por último, “Estado e massas no Brasil”, publicado em 1966, também pela revista *Civilização Brasileira*, onde tece uma importante análise sobre o processo de “massificação” das classes sociais.

Tomando por referência a linha de pesquisa levantada, é notório detectar duas questões nucleares sobre este fenômeno. A primeira delas é que o populismo é uma prática típica de sociedades que adentram ao processo de incorporação das massas na estrutura do capitalismo brasileiro. Segundo o autor uma tarefa trágica para toda democracia burguesa:

Por forças das transformações econômicas e sociais que se associam ao desenvolvimento industrial e à estagnação da estrutura agrária, a democracia recém instaurada se defronta, de imediato, com a tarefa trágica de toda democracia burguesa, de incorporar as massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas torna-se uma dimensão política essencial no novo processo político (Weffort, 1965, p.164).

Esta passagem nos chama a atenção para algumas questões importantes. A primeira delas é ao fato de que o nascimento do Estado industrial no Brasil não necessariamente aniquilou a estrutura de Estado oligárquico, pelo contrário, a defesa dos interesses do setor agrário esteve na primeira ordem da escala de grandeza do momento, tanto que a construção da democracia de massas a partir de 1930, se baseou pela transferência dos prejuízos da crise financeira-econômica do café para o Estado e para as classes populares. Analisando o crescimento democrático no cenário após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, Weffort observa que a importância das formas democráticas serve apenas para que se legalizem, mesmo que de maneira restrita, a possibilidade de as insatisfações populares alcançarem com certa restrição de autonomia o poder e intervir em seu funcionamento. Assim sendo, a questão maior que percorre seu pensamento, é a de relacionar uma estrutura de Estado democrático que nascia para a modernização e fazia forjar uma democracia muito frágil.

Por isso mesmo, a análise do desenvolvimento capitalista suscitou em Weffort uma reelaboração de ordem teórica, a qual buscava respostas às “razões e os efeitos do atraso no Brasil” (Araújo, 2012, p.43), uma temática fortemente debatida entre os pesquisadores da Cadeira de Sociologia I da Usp, que associava uma “análise a partir da periferia permite indagar sobre os princípios que articulam o sistema” (Bastos, 2002, p.201). Sob esse ponto de vista, associar o nascimento da sociedade industrial e moderna pela teoria da dependência estrutural, revela-nos, uma crônica limitação sobre os limites intrínsecos para vivenciar a modernidade. Proposição levantada por Alberto Aggio (2003) que conclui com as seguintes palavras:

A conclusão a respeito do papel do populismo nas sociedades latino-americanas não poderia ser mais negativo, uma vez que, nesta interpretação, se entende que o processo de modernização impulsionado por este movimento não realizaria, de nenhuma maneira, a construção de uma sociedade pluralista, de participação autônoma e ampliada, como se efetivou nas chamadas “democracias ocidentais” mais importantes (Aggio, 2003, p 21-22).

Por isso mesmo, a interpretação de Francisco Weffort terá como recorte inicial a chegada de Getúlio Vargas ao poder, dando total atenção às mudanças que se desencadearam com a alteração das condições estruturais do país.

Na percepção de Weffort, a revolução de 1930, cria as condições sociopolíticas iniciais para o processo de democratização do Estado, já que a um só tempo desagregou a antiga estrutura de Estado oligárquico – que inviabilizava a participação política – e passou à viabilização da organização de uma dinâmica estatal que se abre à incorporação das massas urbanas enquanto condição necessária de legitimidade do novo regime político. A instauração deste processo modernizador é exposta pelo historiador Alberto Aggio (2003) como uma “onda modernizadora” que adquiriu duas grandes feições: de um lado, a emergência das massas na cena política se dará essencialmente através de seus aspectos sociais – acesso aos bens de consumo que irá provocar uma verdadeira “revolução de expectativas” nos padrões de consumo, culturais e político –, já que a emergência das massas à vida urbana está associada ao impacto do desenvolvimento industrial, sendo as massas a base de apoio que os líderes populistas recorrerá permanentemente para personificar-se no poder. À vista disso,

“as relações políticas de classe se transformam em relações individuais e ocorre o mascaramento de seu conteúdo de classe, de tal modo que a possível significação classista aí presente, não encontra espaço” (Weffort, 1978, p.72). Por outro lado, o mencionado historiador, observa que a passagem à modernização não foi capaz de superar o arranjo do liberalismo oligárquico.

Com isso, observamos que a instauração da democracia a partir da primeira década do século XX no Brasil adquiriu traços de uma democracia de massas, já que nenhuma das classes sociais existentes manifestava a legitimidade de conduzir um planejamento que articulasse todos os grupos em torno de uma mesma aliança. Assim sobrou aos líderes populistas adicionar carisma e autoritarismo paternalista para sustentar as mudanças de uma revolução democrático-burguesa realizada através do populismo e do nacionalismo. A ausência dos setores de classe média, industriais e das massas populares no direcionamento da organização do Estado aponta para a “solução de compromisso”, assim descrito por Weffort:

Depois de 1930, contudo estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuíam autonomia política frente aos interesses tradicionais em gerais, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum destes casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais. Nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas urbanas. É a única fonte de legitimação possível ao novo Estado brasileiro (Weffort, 1978, p. 50).

Em síntese, a antiga estrutura oligárquica já totalmente fatigada pela crise que se estendia desde 1929, encontrará seu limite de atuação com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Esta representou uma ruptura com continuidade; a libertação das amarras cujo abalo deixou marcas muito profundas para a futura democratização do Estado, já que o novo (modernização que permitiu dentre outras coisas, a representação das massas) surgia como alternativa ao atraso (oligarquias), que preservava sua ordem de poder na qual privilegiava poucos em detrimento da grande população.

Num ambiente de falta de experiência política e comprovada incapacidade de as principais classes sociais dirigirem o Estado só poderia resultar na prática populista. Ao analisar estas características, Weffort considera que a ausência de vivência política pode ser considerada um fator determinante para qualquer um dos grupos não impor sua hegemonia. Da mesma forma, o quadro de depressão econômica instaurado desde o início do século XX, é um forte determinante à “condição de marginalidade e de dependência econômica do processo de industrialização em relação à estrutura agrária tradicional” (Weffort, 1978, p.47), isto quer dizer que, tanto as classes médias quanto setores ligados à esquerda - como o movimento tenentista - portaram-se totalmente impotentes diante da possibilidade de assumirem a legitimidade do processo político, pois as condições econômicas operaram de forma feroz impondo os resultados de uma crise que se espalhara por todo o mundo capitalista e recobrava a urgência de uma política em defesa da geração de empregos e renda.

O grande economista brasileiro Celso Furtado, ao analisar o período, aponta às condições econômicas como principal elemento que deu causa à política realista em defesa do café. Por consequência

disto, Weffort afirma que a crise da economia cafeeira não produziu os conflitos abertos entre os “novos” setores industriais e os setores tradicionais, bem como, o processo de industrialização que se desenvolveu de forma limitada pela estrutura dos setores tradicionais, tanto do ponto de vista que se refere à possibilidade de criar um mercado interno como também por sua capacidade para importar. Em meio a tais características as massas populares surgem na cena nacional absorvendo todo o prejuízo da crise econômica ao ser apresentada como fonte de legitimação desta nova estrutura de Estado. Estava em curso a formação do “estado de compromisso” (Weffort, 1978, p. 51).

Há de se mencionar que o historiador Boris Fausto ao interpretar a revolução de 1930, crítica a abordagem realizada por Weffort sobre o período, para Boris Fausto (1990) a análise de Weffort centra-se apenas em análises baseadas nos aspectos exteriores (economia agroexportadora), contexto em que Francisco Weffort era adepto à teoria da dependência. Para este, a revolução não pode ser entendida sem um balanço das principais linhas da estrutura econômica e social da velha república. Pensando na dependência estrutural, a crise da superprodução cafeeira deve ser pensada através de umas variedades de práticas político-econômicas, a qual o poder de ação do Estado se reduz a práticas particularistas em defesa dos interesses privados de grupos específicos.

Por outro lado, o autor mencionado consegue enxergar durante a primeira república uma insipiente burguesia industrial, o setor têxtil, mas está se deparava com uma organização de Estado que articulava os interesses para lados opostos aos destes, predominava os interesses da burguesia cafeeira. Assim, na organização do espaço nacional havia pouca ou nenhuma integração nacional, tendo na preservação dos interesses agroexportadores do café, a prática econômica que instrumentalizou a prática política da república oligárquica e posteriormente fomentou o nascimento das indústrias.

Interessa-nos apresentar essa interpretação sobre a revolução de 1930, pois a partir dela se pode evidenciar aquilo que Weffort descreve sobre os influxos da categoria gramsciana como o “estado de compromisso”. Sobre o impacto de um cenário onde as classes e grupos sociais assistiram estáticos a centralização do poder do Estado pelo líder e, ao mesmo tempo, se apropriar de todos os espaços que compunha o palco das lutas sociais. Nas palavras de Weffort, todas as crises que se constituiu desde 1945, as possibilidades de ingerência das massas aparecem sempre como possibilidade que dificilmente se efetivará, na verdade “o jogo tem consistido em avaliar, tacitamente, a importância desta intervenção e em blefar sobre este cálculo” (Weffort, 1965, p.162). Tamanho rearranjo dentro da estrutura de Estado, constitui um “estado de compromisso”, já que nenhuma das classes sociais apresentava-se como legítimas portadoras de um planejamento que o levasse a disputar hegemonicamente o domínio da estrutura de Estado.

Do exílio à CEPAL, da CEPAL ao CEBRAP

Entre os anos de 1967 a 1971, Francisco Weffort é exilado em virtude do golpe Militar de 1964, momento ao qual vai para o Chile. Por lá, passa a desempenhar uma extensa agenda, se torna professor e pesquisador no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), instituição sediada em Santiago do Chile e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1968 doutorou-se pela Universidade de São Paulo, torna-se professor titular desta instituição de

ensino, aproxima-se de Fernando Henrique Cardoso e também passa a trabalhar como professor visitante na Universidade de Essex, na Inglaterra, onde permaneceu até o ano seguinte.

A vinculação de Francisco Weffort com a Cepal trouxe-lhe importantes contribuições teóricas, foi um momento que entra em contato com importantes influências teóricas a qual Weffort incorporaria ao seu trabalho de doutorado. Mas para além das influências teóricas de autores como Germani, Torquato di Tella, Echevarria, Aníbal Quijano, conforme aponta Tauil (2017) viriam também, através de novas leituras, as influências de autores mais ligados ao campo da política concreta.

“Classes populares e política (contribuição ao estudo do populismo)” é o título da tese defendida em 1968, o tema principal é a emergência política das classes populares se tornando fator de equilíbrio sobre a estrutura de poder vigente.

Para isso, aqueles principais temas desenvolvidos em forma de artigo e/ou capítulo de livros aparecem na estruturação central de sua tese, muito embora a presença de temas como a relação Estado-classe; o direcionamento dos interesses políticos de classe passara por uma “reformulação”, analisados agora sob os reflexos da teoria da dependência.

A marca do período relacionado a redemocratização de 1946 é a entrada das classes trabalhadoras ou massas populares no cenário político, ela se faz via de regra, pela via eleitoral, sempre. Desde 1930, a incorporação das massas ocorrerá desta forma, a partir deste contexto vai surgindo outros componentes como a atuação dos sindicatos e os movimentos grevistas, mas o predomínio é o da questão eleitoral. A pressão deste novo ator social se faz prioritariamente buscando conquistar os seguintes benefícios. I) pressão para ampliação dos direitos sociais; II) extensão da capacidade de consumo. O populismo na América Latina se desenvolve sob estas características.

O populismo é pensado a partir do seu caráter multiforme, já que aparentava conciliar aspectos contraditórios sobre a organização do estado capitalista, a um só tempo se apresentava contrário às ideologias liberais e socialistas, mas ao mesmo tempo mantém relações tipicamente ideológicas. Por muito tempo o populismo foi visto por representantes destas tendências como um «equivoco histórico». “Uma espécie de aberração da história que se apoiaria, essencialmente, na «inexperiência democrática», ou na «inexperiência» de classe», das massas urbanas supostamente de origem agrária recente, e na «falta de princípios», ou na ilimitada capacidade de manipulação de alguns líderes” (Weffort, 1968, p. 04).

A reorganização destes temas de forma a acomodar a teoria da dependência permitiu a Weffort imprimir um olhar diferente sobre essa visão que classificava o populismo como um “equivoco histórico”. São apontados elementos anteriormente não assimilados, como a capacidade de persistir das velhas estruturas, a crise da velha estrutura que emerge as classes populares em meio à crise da “sociedade capitalista e dependente” e a clássica incorporação que se faz por “cima”. A junção destes aspectos permite à Weffort propor uma renovada interpretação sobre o populismo.

A originalidade para um entendimento mais aprofundado sobre os problemas da América Latina, é sugerido por Weffort a partir da reflexão da seguinte frase: “a América Latina nasce e se desenvolve sob o influxo da formação e consolidação do capitalismo” (Weffort, 1968, p.20). Na prática, ao se decretar a Independência na região, tais países passaram a vivenciar o caráter duplo ao qual impunha ao mesmo tempo a liberdade em relação aos países colonizadores, garantindo assim a

possibilidade de se pensar a melhor maneira para se organizar a estrutura política e social, mas ao mesmo tempo a relação que se passou a constituir foi novamente de dependência sobre uma estrutura de organização econômica que impunha novas obrigações sobre o sistema de produção.

Nesta linha de argumentação Weffort defende que a ambiguidade dos problemas relacionados às classes populares pode ser explicada dentro do quadro da dependência estrutural. Por assim saber, a ausência de setores da classe média vinculados à produção industrial reflete a impossibilidade da burguesia local se desenvolver de forma a assumir a direção do processo, Weffort assim descreve:

Nossa hipótese é de que a relativa incapacidade demonstrada por estes grupos em assumir as funções de “elite de reemplazo” está associada à persistência – embora em crise e em redefinição depois de 1929 – das estruturas e relações sociais geradas no padrão anterior de dependência. De fato, os novos grupos não encontram, depois da crise da hegemonia oligárquica, condições de plena autonomia frente às velhas estruturas do poder (Weffort, 1968, p. 24).

Esta interpretação impõe sérias limitações às possibilidades de ação dos setores médios sobre a organização da sociedade.

A rigor, portanto, toda a capacidade das classes populares de levar as transformações nas estruturas do Estado e da sociedade se encontra limitada, no período de vigência do populismo, pelas próprias alianças sociais de que participam, as quais por sua vez, somente podem subsistir na medida em que – não conduzam à liquidação definitiva dos marcos institucionais previamente definidos (Weffort, 1968, p. 25).

Conforme sumariamente defendido por Weffort, jamais pode-se dizer que a ascensão das classes populares à cidadania haja implicado uma autonomia global de comportamento ou orientações políticas próprias Weffort (1968). Fato é que, a participação política dos grupos sociais no jogo político terá sempre o patrocínio dos grupos que controlam o poder, nenhum dos grupos que participa do Estado tem condições de assegurar para si as funções de hegemonia e de domínio político. Opera ao mesmo tempo sob um forte compromisso social a coexistência mutua entre democracia e conservadorismo.

Nos últimos anos deste período democrático torna-se mais evidente a existência de uma solução de compromisso entre os grupos dominantes, compromisso que se faz cada vez mais precário, e também se torna mais claro a pressão das classes populares sobre as estruturas institucionais. Cria-se, então, uma situação: todos os grupos, incluídos alguns setores populares urbanos, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possuía a hegemonia política, todos percebem o Estado como entidade superior do qual esperam solução para todos os conflitos e problemas. Com relação aos setores empresariais, por exemplo afirma Cardoso que eles se identificam subjetivamente com o governo, mas se considera subjetivamente como “povo”, e como tal exigem proteção e prebendas “o empresariado tira máximo proveito de ser uma classe economicamente dominante sem sê-lo totalmente do ponto de vista político” (Weffort, 1968, p. 83).

O populismo e a crítica à teoria da dependência

Por último, entre os anos de 1972 a 1978, Francisco Weffort, passa a desenvolver uma agenda inteiramente nova, o populismo é radicalmente reformulado como objeto de análise. Desde o início desta década, Weffort já vinha se empenhando na construção de uma crítica socialista à “teoria da dependência”. “*Notas sobre ‘teoria da dependência’: teoria de classe ou ideologia nacional?*” apresentado originalmente no seminário promovido pela Flacso, em novembro de 1970, é um diálogo permanente com a noção de “dependência estrutural dos países latino-americanos em relação aos ‘países centrais’” (Weffort, 1970, p. 03). É questionada a noção de “dependência” tida pelo caráter ideológico nacional que ela emprega ao afirmar “uma tradição de idealização teórica das ‘sociedades avançadas’ como padrão universal de desenvolvimento capitalista” (Weffort, 1970, p. 03), Weffort chama atenção para o fato da “teoria da dependência” assumir uma explicação universal para todos os problemas de desenvolvimento econômico nacional – desde a classe média sem capacidade de promover um “aggiornamento” nacional até às massas de trabalhadores desprovida de consciência de classe – estes aspectos eram explicados a partir da origem latino-americana em contexto internacional de afirmação do capital. Em linhas gerais, Weffort, afirma que o conceito de dependência corre o risco de ser manipulado em função de suas construções ideológicas e não científicas.

Apontando suas fragilidades, Weffort expõe o caráter ambíguo do conceito, muito dos teóricos que lidaram com o tema buscaram criar dois conceitos diferentes para defini-lo: “*dependência externa*, indicando as relação com os “países centrais”, e *dependência estrutural*, noção mais complexa, que nomeia ao mesmo tempo as relações externas e seus efeitos estruturais internos sobre as classes e as relações de produção” (Weffort, 1970, p. 07). Weffort afirma que a variação do conceito são dois polos de uma mesma ideia.

As fragilidades de mobilizar este conceito, segundo Francisco Weffort, está em suas pretensões globalizantes. Como combinar dependência externa e a dependência interna? Questão que gera a maior problemática e, aparentemente sem solução, se pensarmos o problema a partir da relação de dominação na qual se organiza as relações de produção e as relações sócio-políticas em que os problemas nacionais operam. Em Quijano, é apontado por Weffort, que a teoria da dependência é gerenciada para enquadres teóricos mais radicais, cumpre a função dedenuncia e não de explicação científica. Já em Frank, as contradições externas da expropriação e da polarização das metrópoles penetram totalmente na palavra subdesenvolvido, criando uma estrutura interna de subdesenvolvimento. Em qualquer dos autores que se apresente, a ambiguidade do conceito é problemática nuclear.

Por fim, há o questionamento a respeito da teoria da dependência se equivaler a uma teoria do imperialismo, já que os países mais desenvolvidos tendem a expor sobre as regiões de menor desenvolvimento o padrão das relações de produção e consumo. Relação fatalmente intransponível.

Em 1972, Francisco Weffort defende sua tese de livre-docência. O trabalho apresentava os resultados das pesquisas que vinha desenvolvendo através do financiamento concedido pelo CEBRAP. A temática desenvolvida no estudo chamava atenção sobre um fato inteiramente novo sobre a política brasileira, a relação entre os sindicatos e a política durante o período de 1945 a 1964. Este marco histórico serve de suporte para demonstrar algumas constatações: 1) o populismo adentra-

va seu últimos dias de sobrevivência; II) apesar do colapso do populismo, é nítido que a estrutura política organizada a partir de 1945 sofria forte interferência do estilo populista de se fazer política, um bom exemplo está na base dos principais partidos que integrará o sistema partidário brasileiro, está o PTB e o PSB, partidos fundado por Vargas; III) a impressionante capacidade de Getúlio Vargas aglutinar lideranças, muitas vezes opostas entre si, a favor de seus interesses. Desta forma a tendência à manutenção da ordem vigente é muito forte; IV) o impacto do sindicalismo pelego como estratégia de contenção da capacidade organizativa dos trabalhadores.

Em meio ao cenário que se desenhava, para se entender a influência da política sobre a formação e desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, Francisco Weffort, parte do princípio que, estas mudanças se operavam a partir da lógica do conservar mudando, assim o autor expressa suas peculiaridades:

O sindicalismo brasileiro dos anos 50 e 60 teve um processo de formação histórica o bastante “difícil” para distanciar-se daqueles fenômenos históricos que, por se implantarem sob a pressão mais ou menos imediata de um conjunto de condições estruturais, chegam às vezes a aparecer quase como fenômenos de ordem natural. O sindicalismo brasileiro, com as características que apresentou naqueles anos, foi em grande medida um produto “artificial”, tomada a palavra no sentido em que aparece entre os clássicos do pensamento político, da vontade dos homens, ou melhor, de alguns homens. E foi também o produto de circunstâncias históricas de certo modo excepcionais, apesar de que fatores de ordem estrutural peculiares à formação da sociedade tenham desempenhado seu papel (Weffort, 1972, p. 03).

A formação do sindicalismo populista no Brasil chega a definir-se no plano de “orientação, subordina-se à ideologia nacionalista” (Weffort, 1972, p. 1. 2) tendo como foco uma política reformista e de colaboração entre as classes; no plano da “organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas organizações paralelas” são totalmente desmobilizada de seu propósito original e passa atuar a favor da estrutura oficial (Weffort, 1972, p. 1. 2). Estas, as “organizações paralelas” são formadas por iniciativas da esquerda a nível “político as vicissitudes da aliança formada pela esquerda” (Weffort, 1972, p. 1. 3).

Resumidamente o problema do comportamento operário e sindical é expressado por Weffort através da hipótese autonomia-heteronomia. Uma ideia que descreve melhor as teorias globais que relacionam as sociedades subdesenvolvidas a partir dos impulsos determinados pelos padrões oferecidas pelos países de centro. Assim sendo, as tradicionais tentativas de explicação do comportamento de classe põem ênfase nas peculiaridades da transição da sociedade (rural) tradicional à sociedade (urbana) moderna (“teoria da modernização”) ou “teoria marxista tradicional” – transição da sociedade pré-capitalista à sociedade capitalista. Combatendo estas duas teorias, Weffort chama atenção para “teoria da dependência” que tem tratado de qualificar a heterogeneidade peculiar à estrutura social dos “países dependentes”.

A retomada das atividades sindicais no Brasil, ocorre dentro de um contexto marcado pela crise do populismo varguista, este cenário histórico será determinante para Francisco Weffort sugerir sua hipótese de interpretação; as forças populistas são reorientadas para transformar o movimento operário em movimento sindical populista.

O cenário que se apresenta a partir de 1945 – final da Segunda Guerra Mundial, queda dos totalitarismos e, no Brasil, o fim da ditadura Vargas – impõe a necessidade de se formalizar o retorno das instituições democráticas, condicionando a formação e o desenvolvimento posterior do movimento operário. Por assim dizer, os liberais “passam a manobrar, como o fará a UDN em outras oportunidades no sentido de uma intervenção salvadora das Forças Armadas”, já os comunistas “realizam sua aliança com o populismo varguista e, no seu estilo político habitual, subordinam a sua política sindical às condições determinadas pela aliança política” (Weffort, 1972, p. II.2).

A nomeação de João Goulart como Ministro do Trabalho em 1952, aconteceu em um cenário marcado pelo isolamento e decadência de Getúlio Vargas, assim sendo a orientação de Vargas foi a mudança de atitude em relação ao movimento operário, o governo passa a promover um “populismo de participação” por meio da revalorização das organizações sindicais.

Centro de uma das grandes polêmicas, o PCB é fortemente criticado por Weffort, pelas alianças realizadas com o populismo varguista. Esta aliança é entendida como parte de uma confluência de interesses políticos a qual o PCB conquistaria a sua legalidade em troca do apoio à Vargas. Este momento é descrito como o “apelo de Vargas à união nacional em torno do governo, feito nesta oportunidade, foi respondido prontamente pelos comunistas, que depois farão sua a posição assumida neste momento pelo governo” (Weffort, 1972, p. II 19). A maior crítica em relação aos comunistas é a aliança como subordinação aos objetivos políticos e “desinteressando-se das eleições previstas para dezembro, põem todo o empenho no movimento pela constituinte, engrossando assim o movimento “queremista” (Weffort, 1972, p. II. 22), a aliança é descrita como uma confluência de interesses políticos entre os comunistas e o governo de Vargas.

Do mesmo modo, os comunistas, ao promover, em nome da paz e da reconstrução da democracia, uma aliança com o ditador então em crise, começavam a tomar o caminho que deveria conduzir ao funcionamento da estrutura sindical oficial, concebida pela ditadura para os fins de subordinar a classe operária ao Estado. Se a UDN declarava-se incapaz de mobilizar a opinião pública quando se decidia a caminhar para o golpe de Estado, o PC dizia algo equivalente ao aceitar a estrutura sindical oficial no âmbito de sua política de alianças com Vargas: de certo modo, isto significava que se declarava incapaz de organizar a classe operário de maneira autônoma, ou seja, declarava-se incapaz de competir com o prestígio difuso de Vargas junto às massas. A democracia brasileira, democracia das massas e dos golpes de Estado, parecia condenada a ser também uma democracia corporativa (Weffort, 1972, p. II 27).

Conclusão

O populismo dentro das análises de Francisco Weffort é produto específico de um contexto político-econômico muito particular do Brasil, do qual Weffort valeu-se do conceito e das construções que dele foram possíveis serem elaboradas para apresentar uma interpretação profunda e coerente com os problemas que movimentavam o pensamento das Ciências Sociais brasileira.

A década de 80 acenou para expansão dos programas de pós-graduação em História de uma forma que jamais havia acontecido. Embalados pela “descoberta do povo”, os estudos centrados na nova história cultural espalham-se pelas universidades com o foco crítico de interpretar o calor do momento, assim a redemocratização se tornou alvo constante de estudo a partir de temas como autoritarismo, os militares, a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Porém a grande virada nos estudos de abordagem marxista ocorreu com a recepção e interpretação dos estudos de Edward Thompson, em especial, “A formação da classe operária inglesa” (1963) gerou um universo inteiramente novo de estudo a partir da ênfase nas experiências e ideias dos operários em um viés mais “culturalista”. Foi neste ambiente de renovação intelectual que surgiram as primeiras apreciações sobre o trabalho de Francisco Weffort.

Ângela de Castro Gomes é autora de uma das teses mais contundente sobre apreciação da constituição da classe operária no Brasil. Para isso, a socióloga constrói pesadas críticas sobre o populismo de Francisco Weffort, associando sua abordagem a uma visão determinista dos acontecimentos pela massa trabalhadora, o que lhe induz a rejeitar o populismo como chave explicativa. Para ela, o retorno a revolução de 1930 serve para evidenciar o sucesso da tese do “trabalhismo” no Brasil, por isso mesmo, a análise de discurso das principais lideranças da classe trabalhadora na primeira república; o estudo do impacto da legislação social que se valia dos fenômenos da doação sob as lutas sociais para conquista de privilégios são analisados sob a perspectiva do trabalhador sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto da história.

Para esta cientista social, as considerações de Weffort sobre a formação e inserção das classes populares na cena nacional reforça apenas os aspectos institucionais de organização do Estado, que se sobrepõe sobre a autonomia de classe. Gomes (1988), concebe as massas como atores/sujeitos da relação política, o que permite reforçar aspectos de uma cultura política ativa que interfere e condiciona as decisões dos políticos, mesmo aqueles mais populares.

Nos anos 90, embalado pela eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência, entra em cena uma nova onda de apreciação ao populismo, uma série de artigos escritos entre 1995 a 2000 contempla criticamente o populismo como categoria explicativa. Tais artigos são republicados em forma de coletânea no ano 2001 através do título “O populismo e sua história: debate e crítica”, esta abordagem faz parte de um ciclo de leituras e reapreciações que se formou a partir do questionamento da adesão das massas aos líderes populistas. Deste modo, a noção de “manipulação das massas” torna-se o cerne das inquietações, as quais, a partir da segunda metade da década de 1980, “tornou-se usual associar a manipulação tanto como uma forma de controle sobre as massas, como uma forma de atendimento de suas reais demandas” (Gomes, 1998, p.546). Por assim dizer, este entendimento terá como principais interlocutores a historiadora Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, estes (re) inauguram a tradição de estudo observando o populismo como um fator condicionante à formação das experiências democráticas. Jorge Ferreira aponta os caminhos trilhado pelo populismo, bem como seus usos e apropriações como políticas públicas que “sempre caracterizam o outro, nunca o mesmo” (Ferreira, 2001, p. 124), uma referência direta ao governo de FHC e ao Ministro de Cultura Francisco Weffort. No caso de Daniel Aarão Reis, a conjuntura de 1930 impôs uma modernização que gerou a tradição “trabalhista” ligada ao desenvolvimento da democracia e um autêntico padrão de movimentação das classes trabalhadoras em sintonia com o “nacional-estatismo”. Aarão Reis critica o

pensamento de esquerda, sobretudo, os estudos de Weffort por usar o conceito de populismo como chave explicativa ao golpe de 1964. Em sua leitura o populismo de Weffort não passa de um “ataque metódico contra a tradição trabalhista e seus sócios menores, os comunistas do PCB” (Reis, 2001, p. 364). Para ele a conjuntura de 1945 havia rompido drasticamente com a tradição estatista, porém as críticas ao movimento operário e ao PCB permanecia feroz, o que não fazia sentido já que o suicídio de Vargas havia levado o populismo ao colapso, “uma derrota definitiva” (Reis, 2001, p. 369).

Concluimos afirmando que o populismo é esse conceito de nítida dificuldade em sua apropriação, seja por sua capacidade de se adaptar e moldar-se a uma explicação ampla e profundamente crítica sobre as condições em que essa classe trabalhadora se forma e insere na dinâmica do capital global a partir de condicionantes que a impedem de exercer a hegemonia sobre o bloco de poder, ou até mesmo por suas fragilidades, as críticas que o associam ao reducionismo das experiências políticas e de classe, ou por sua ineficiência em sustentar-se enquanto uma “teoria explicativa” à realidade nacional.

Referência

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo : Unesp, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Identidade nacional e produção de sentimentos. *In*: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 263-315. <https://doi.org/10.1590/s0102-64451992000200002>

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Política de massas: uma nova cultura política. *In*: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 141-172.

DI TELLA, Torcuato. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DOS SANTOS, Theutonio. **A teoria da dependência: um balanço histórico e Teórico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 227-255.

FERREIRA, Joreg. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124. <https://doi.org/10.1590/s0102-01882002000100013>

GERMANI, Gino. **Política e sociedade em uma era de transição**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GOMES, Angela de Castro. O populismo nas Ciências Sociais brasileiras : notas sobre a trajetória de um conceito. *In*: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58. <https://doi.org/10.1590/s0102-01882002000100013>

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

REIS, Daniel Aarão. 2001. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de umaherança maldita. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377. <https://doi.org/10.1590/s0102-01882002000100013>

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Os direitos humanos e o meio ambiente. *In*: SYMONIDES, Janusz (org.). **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 161-203. <https://doi.org/10.1017/s0250569x00017532>

WEFFORT, Francisco. **Classes populares e política**: contribuição do estudo do populismo. 1968. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São paulo, 1968b. <https://doi.org/10.11606/t.42.2019.tde-12042018-141555>

WEFFORT, Francisco. Notas sobre a ‘teoria da dependência’: teoria de classe ou ideologia nacional. **Estudos CEBRAP**, [s. l.], n. 1, p. 1-24, 1971.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (org.). **Brasil**: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968a.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). **Estudos CEBRAP**, [s. l.], n. 4, abr. 1973.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: contagem e Osasco (1968). **Cadernos CEBRAP**, [s. l.], n. 5, 1972a.

WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Octávio *et al.* **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a.

WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, [s. l.], ano 1, n. 2, p. 39-60, maio 1965b.

WEFFORT, Francisco. **Sindicato e política**. 1972. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972b. <https://doi.org/10.11606/issn.2526-3854>

Recebido: 15/04/2018

Aceito: 12/06/2018

Publicado: 28/09/2018

Biografia do Autor

Marlon A. Ferreira

Cursou Licenciatura Plena em História pela Universidade de Franca - UNIFRAN (2008), fez pós-graduação Lato Sensu no curso de extensão para formação de professores em Educação para Diversidade e Cidadania, convênio UNESP-SECAD-UAB-CAPES (2011), também cursou pós-graduação em Mídias na Educação pela UFSJ (2013). Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História - FCHS - Franca na área de História e Cultura Política, com ênfase em intelectuais versando ainda sobre o conceito de democracia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4464-2235>; E-mail: prof.marlonferreira@gmail.com

Instituição: Universidade Estadual Paulista/UNESP FRANCA.

Localização: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900 - Prolongamento Jardim Dr. Antonio Petraglia, Franca - SP, 14409-160